O LÉXICO DE BASE TUPI NA TOPONÍMIA DE MARAPANIM-PA (BRASIL)

THE TUPI BASED LEXICON IN THE TOPONYMY OF MARAPANIM-PA (BRAZIL)

Recebido: 10/05/2026 Aprovado: 09/06/2026 Publicado: 08/08/2026
DOI: 10.18817/rlj.v10i2.4551

Érica Patrícia Barbosa Costa[1]
Orcid ID: https://orcid.org/0009-0007-8077-8320

Davi Pereira de Souza[2]
Orcid ID: https://orcid.org/0000-0003-2753-5577

Carmen Lúcia Reis Rodrigues[3]
Orcid ID: https://orcid.org/0000-0002-8386-8272

Resumo: O artigo constitui um recorte da dissertação de mestrado de Costa (2017) a respeito da toponímia do município de Marapanim/PA. Tem como objetivo analisar, do ponto de vista morfossintático e semântico, os topônimos de origem indígena do município de Marapanim/PA, com o intuito de contribuir com a descrição da toponímia indígena da Amazônia paraense. Ancora-se teoricamente nos pressupostos da Toponomástica, a partir dos trabalhos de Dick (1990a, 1990b, 2004), principal referência na área, no Brasil, além de outros autores como Carvalhinhos (2003) e Isquerdo (1996), Isquerdo e Dargel (2014). Segue metodologia qualiquantitativa de cunho descritivo e método bibliográfico e de campo. A amostra é composta de 80 topônimos catalogados, extraídos do *corpus* da pesquisa mais ampla. Os resultados demonstraram que, desse quantitativo, mais de 50% dos designativos geográficos são de base tupi. Quanto aos aspectos semânticos desses termos, os fitotopônimos - **Açaí** (AH-PA), **Bacuriteua** (AH-PA) - e zootopônimos, **Maú** (AF-PA), **Sauá** (AH-PA), apresentaram-se mais produtivos. Os primeiros perfazem um total de dezessete ocorrências, enquanto os últimos, quatorze. Em relação à análise morfossintática, a maioria dos designativos de origem indígena selecionados é simples (vinte e três), seguido de termos compostos (treze) e formantes híbridos (três), respectivamente representados por **Camará** (AH-PA), **Itacoã** (AH-PA) e **Umirizal** (AH-PA). Conclui-se, portanto, que os resultados evidenciam a influência linguocultural indígena na região compreendida na pesquisa.

Palavras-chave: Toponímia; Língua Tupi; Marapanim/PA.

Abstract: This article is an excerpt from Costa (2017) master's thesis on the toponymy of the municipality of Marapanim/PA. Its objective is to analyze, from a morphosyntactic and semantic point of view, the toponyms of indigenous origin in the municipality of Marapanim/PA, with the aim of contributing to the description of the indigenous toponymy of the Amazon region of Pará. It is theoretically anchored in the assumptions of Toponomastics, based on the works of Dick (1990a, 1990b, 2004), the main reference in the area in Brazil, as well as other authors such as Carvalhinhos (2003) and Isquerdo (1996), Isquerdo e Dargel (2014). It follows a qualitative-quantitative methodology of a descriptive nature and a bibliographic and field method. The sample consists of 80 cataloged toponyms, extracted from

[1] Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela UFPA, mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia pelo PPLSA/UFPA. Docente EBTT no IFPA, campus Vigia. E-mail: erica.costa@ifpa.edu.br

[2] Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela UFPA, mestre em estudos linguísticos pelo PPGL da UFPA e doutorando em estudos linguísticos pela mesma universidade. Docente EBTT no IFPA, campus Castanhal. E-mail: davi.pereira@ifpa.edu.br

[3] Doutora em Linguística Teórica e Formal pela Universidade Paris VII – Denis Diderot (França). Professora de Linguística da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem formação na área de descrição e análise de línguas indígenas. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas áreas da Linguística Indígena, Linguística histórico-comparativa, Variação e Mudança linguísticas, Lexicologia e Toponímia. É líder do GETEP (Grupo de Estudos da Toponímia do Estado do Pará). E-mail: crodrigues@ufpa.br

the corpus of the broader research. The results demonstrated that, of this quantity, more than 50% of the geographical designations are of Tupi origin. Regarding the semantic aspects of these terms, the phytotoponyms - **Açaí** (AH-PA), **Bacuriteua** (AH-PA) - and zootoponyms, **Maú** (AF-PA), **Sauá** (AH-PA), were more productive. The former make up a total of seventeen occurrences, while the latter make up fifteen. In relation to morphosyntactic analysis, the majority of selected designations of indigenous origin are simple (twenty-three), followed by compound terms (thirteen) and hybrid formants (three), respectively represented by **Camará** (AH-PA), **Itacoã** (AH-PA) and **Umirizal** (AH-PA). It is concluded, therefore, that the results demonstrate the indigenous linguocultural influence in the region included in the research.

Keywords: Toponymy; Tupi language; Marapanim/PA.

Introdução

Os testemunhos históricos dão conta de que a chegada de portugueses ao Brasil impactou consideravelmente a cultura e as línguas dos povos indígenas que habitavam a região. De aproximadamente mil línguas indígenas distribuídas em distintas etnias, em 1500, restaram cerca de 160 línguas e dialetos falados por povos indígenas, atualmente, no Brasil (Rodrigues, 2001).

Nos primeiros séculos de ocupação e missão jesuítica, as línguas indígenas ainda predominavam em relação ao português europeu, particularmente o Tupi, que serviu de base para as duas línguas gerais faladas como língua franca no litoral brasileiro e na região amazônica. Apesar das perdas irreparáveis dos indígenas e das violências física, cultural e simbólica que lhes imputaram, parte das línguas-culturas desses povos tradicionais resistiu ao tempo, permanecendo como substrato no léxico do português brasileiro, especialmente na toponímia de acidentes físicos, como descrito em inúmeros trabalhos da área (Dick, 1990a; Navarro, 2020).

Ao considerar esse contexto sócio-histórico sumariamente descrito, a presente pesquisa tem como objetivo analisar, do ponto de vista morfossintático e semântico, os topônimos de origem indígena do município de Marapanim/PA, com o intuito de contribuir com a descrição da toponímia indígena da Amazônia paraense. Busca-se, portanto, refletir acerca da influência de base tupi na constituição do léxico toponímico do referido município, que outrora fora habitado por comunidades originárias indígenas, especialmente no período anterior à chegada dos jesuítas à região.

No que tange à orientação teórico-metodológica adotada, o trabalho está ancorado nos pressupostos de Dick (1990a, 1990b, 2004), assim como em outros pesquisadores que também seguem a vertente dos estudos onomásticos, como Carvalhinhos (2003), Isquerdo (1996), Isquerdo e Dargel 2014), dentre outros.

Em relação à metodologia, trata-se de uma investigação de natureza mista, conjugando as abordagens qualitativa e quantitativa. Os dados analisados são

oriundos do *corpus* constituído na pesquisa mais ampla da qual este texto constitui um recorte.

Quanto à organização, este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira constitui a introdução, seguida da seção teórica, em que são apresentados e discutidos os principais conceitos e termos da Toponomástica e uma breve contextualização acerca da situação sociolinguística da Amazônia no século XVII. A terceira seção descreve o percurso metodológico. Na sequência, os resultados são apresentados, em diálogo com o referencial teórico, seguidos das considerações finais e referências.

1 Referencial teórico

Esta seção apresenta o referencial teórico, realizando um panorama da situação sociolinguística da Amazônia brasileira no século XVII e considerações a respeito da Toponomástica e seu objeto de estudo.

1.1 Breve histórico da situação sociolinguística da Amazônia brasileira no século XVII

O processo sócio-histórico de colonização portuguesa, na Amazônia, se dá, de forma mais sistêmica, por volta dos anos 1600, isto é, cem anos após o início da colonização do Estado do Brasil. As condições sociolinguísticas da região amazônica diferiam substancialmente, à época, das do Estado do Brasil. Em cenário amazônico, em especial no Baixo Amazonas, a situação linguístico-social encontrada pelos jesuítas era bem distinta daquela encontrada há cem anos, na região costeira do Brasil, em que havia um uso generalizado do tupinambá, inclusive pelos jesuítas (Nobre, 2011).

Na Amazônia brasileira, nesse contexto (século XVII), figuravam distintos povos étnicos indígenas (os tapuias), com culturas e línguas distintas, tão diferentes entre si tipologicamente quanto o Espanhol e o Alemão o são (Vieira, 1654, citado por Nobre, 2011), revelando um multilinguismo generalizado.

Resumidamente, coexistiam, naquele tempo, as línguas tapuias, o tupi (língua falada pelo povo Tupinambá) e o português, até então pouco utilizado no território. Desse cenário desfavorável ao projeto expansionista da Coroa Portuguesa, surge a imposição do Tupinambá, na região, como língua supra-étnica.

Do ponto de vista da classificação tipológica, a língua falada pelos tupinambá, denominada Tupinambá ou Tupi Antigo, pertence ao tronco linguístico Tupi. A língua que foi se constituindo na região amazônica, a partir dos complexos contatos linguísticos aí estabelecidos, foi se distinguindo do tupi usado por seus primeiros falantes, resultando na variedade que se convencionou chamar, na literatura sobre o tema, de Língua Geral Amazônica (LGA), descrita como:

> Sistema lingüístico historicamente novo, surgido no século XVII, fruto do processo de *pidginização/crioulização do tupinambá*, que entrou em contato com diversas línguas tapuias – tipologicamente muito distintas, tanto entre si, quanto em relação ao tupinambá –, às quais foi imposto como língua do povo dominador, os jesuítas, mesmo sendo a segunda língua destes. Esse tipo de língua geral surgiu e se desenvolveu em um contexto *com interrupção de transmissão linguística entre gerações*, que predominou nas missões jesuíticas do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Nobre, 2011, p. 221) (grifos do autor).

Esse panorama linguístico-histórico da região, em início de seu processo de colonização, contextualiza a forte presença de palavras oriundas da LGA no português regional amazônico.

1.2 Léxico toponímico em estudo

O léxico, em sua concepção tradicional, reúne o conjunto de palavras ou unidades vocabulares de uma língua. Ao ser comparado à gramática, o léxico diz respeito ao "único domínio da língua que constitui sistema aberto" (Biderman, 1987, p. 94), uma vez que suas unidades constantemente se renovam, acompanhando as mudanças socioculturais. Em sentido amplo, de acordo com Aragão (2016), o sistema léxico inclui neologismos, arcaísmos e fraseologismos, aos quais se acrescentam também os nomes de lugares, isto é, os topônimos.

Em virtude de seu caráter multifacetado, Biderman (1978) reconhece que:

> Léxico é um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrangente a todo o universo conceptual dessa língua. O sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através do tempo. (Biderman, 1978, p. 139)

A definição apresentada pela autora permite concluir que o léxico constitui uma fonte imprescindível para o estudo das experiências e cultura de um povo. Nessa mesma perspectiva, Aragão (2016, p. 39) compreende que "toda a visão de

mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas são refletidos em seu léxico."

No caso dos topônimos, essa asserção não poderia ser mais verdadeira, uma vez que o homem produz grande parte de suas experiências socioculturais no espaço em que vive e se relaciona com seus pares. De fato, consoante o pensamento de Dick (1990a, p. 19), "a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes."

No âmbito das ciências da linguagem, o estudo acerca dos nomes próprios é feito pela Onomástica, em torno da qual se associam a Antroponímia (voltada aos nomes próprios de pessoas) e a Toponímia (voltada aos nomes próprios de lugares). Na verdade, trata-se de diferentes pontos de vista sobre o léxico das línguas em sua função designativa.

A Toponomástica, ramo da linguística, de natureza interdisciplinar, estuda os nomes próprios de lugares, os topônimos, e o conjunto desses designativos forma a toponímia de uma localidade, que pode ser, por exemplo, uma comunidade, município, estado, região ou país. Nessa disciplina, o termo lugar pode referir-se tanto a um acidente geográfico físico (igarapé, rio, praia, ilha etc.) quanto a um acidente geográfico humano (ruas, bairros, cidades, comunidades rurais, municípios etc.).

No Brasil, a Toponímia vem apresentando considerável desenvolvimento. A principal referência nacional na área é a pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo (USP), cujos trabalhos, principalmente os de 1990a e 1990b, introduziram a teoria da disciplina e apresentaram uma proposta metodológica para análise dos topônimos da realidade brasileira, buscando descrevê-los a partir da sua estrutura linguística. Sua proposta descritiva consiste num sistema de 27 taxes que categorizam os topônimos em classes de natureza física (como rios, montanhas, corpos celestes etc.) e classes de natureza antropocultural (bairros, ruas, cidades etc.), tentando, assim, resgatar a motivação subjacente ao processo de nomeação do lugar.

Dick (1990a), ao apresentar um modelo taxionômico de agrupamento dos topônimos[4], isto é, propor um caminho para a observação da motivação toponímica, o faz baseada nas duas ordens genéricas que agrupam os fatos cósmicos entre si, o seu aspecto físico ou antropocultural. Por exemplo, um termo que se vincule ao universo físico, especificamente de índole vegetal, será um fitotopônimo – **Açaí** (AH-PA); enquanto um designativo que se relacione ao universo antropocultural, referente aos elementos étnicos de um dado povo, categorizar-se-á como um etnotopônimo - **Arapijó** (AH-PA).

No Brasil, a tipologia apresentada por Dick (1990a) tem orientado outras pesquisas na área, subsidiando a descrição de localidades de diferentes abrangências em território nacional, como o município de Marapanim/PA, no Norte do país.

2 Formação sócio-histórica do município de Marapanim-PA

O município de Marapanim-PA está situado na microrregião do Salgado e na mesorregião do nordeste paraense. De acordo com dados da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR (dados de 2012), Marapanim limita-se, ao norte, com o Oceano Atlântico; a leste, com os municípios de Maracanã e Magalhães Barata; ao sul, com os municípios de São Francisco do Pará e Igarapé-Açu; e, a oeste, com os municípios de Curuçá e Terra Alta. A imagem que segue ilustra a localização desse município paraense:

[4] As taxes apresentadas, no corpo do texto, são as identificadas, considerando-se apenas os dados da pesquisa, os quais não contemplam, necessariamente, as 27 taxes sistematizadas por Dick (1990a).

Ilustração 1 - Localização geográfica de Marapanim-PA, junto aos municípios limítrofes



Fonte: IBGE (2016).

Em retrospecto, o território em que hoje se situa o município de Marapanim-PA pertenceu à fazenda “Bom Intento”, fundada pelos jesuítas em fins do século XVIII, conforme assinala a historiografia da cidade. Mais tarde, devido à reforma pombalina, esses religiosos foram expulsos do Brasil, desocupando, como consequência disso, as terras por eles administradas; que, neste caso, integravam também a fazenda Bom Intento (Castro, 1998).

Com a prática das sesmarias, as terras sem ocupação territorial e desenvolvimento econômico eram doadas a particulares, com o objetivo de que fossem administradas em conformidade com o projeto expansionista português. Isso aconteceu com as terras que antes pertenceram aos jesuítas na região pesquisada.

De acordo com os dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), referentes ao município de Marapanim-PA, após o momento de expulsão dos jesuítas, o Padre José Maria do Vale teve acesso à terra pertencente ao município e “dela separou uma parte e doou-a para a formação do patrimônio de

uma freguesia" (IBGE, 2015). Entende-se por freguesia um determinado agrupamento ou povoação paroquiana (Houaiss, 2009).

Além disso, com relação aos anos subsequentes, no que diz respeito ao percurso histórico do município, é importante mencionar que:

> (...) em 1833, Bom Intento já integrava a jurisdição da Vila de Cintra. Essa situação prolongou-se até 1869, quando a localidade adquiriu categoria de Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória. Entretanto, continuou fazendo parte integrante daquele município até quando, em 1874, emancipou-se político-administrativamente com a denominação de Marapanim. Sua instalação oficial ocorreu em 1878. Obteve, ainda, foros de Cidade, em 1895 (IBGE, 2010).

Em 1869, a localidade adquiriu *status* de freguesia, nomeada **Nossa Senhora da Vitória de Marapanim**. Somente em 1874, a localidade emancipa-se político-administrativamente, com a denominação de **Marapanim**, que figura nos dias de hoje. Essa substituição do nome do município vai ao encontro do que Isquerdo (2016) observa em sua pesquisa sobre a macropotoponímia de três estados da região Norte do Brasil (Amazonas, Amapá e Pará). A autora aponta que alguns nomes compostos por um hagiotopônimo e por um nome indígena perderam o elemento sagrado, tendo sido esse um dos fenômenos percebidos na mudança dos topônimos compostos de cunho religioso.

Em 1895, Marapanim obteve foros de cidade, por meio da lei estadual n.º 324, de 06 de julho do mesmo ano. Castro (1998), por sua vez, embora ressalte que a história oficial de criação do município de Marapanim-PA tenha ocorrido após a chegada do padre José Maria do Vale à região, chama atenção também para o fato de que, anterior a isso, já se tenham registros históricos de organizações de povos indígenas vivendo nesse território, isso porque:

> A história do município de Marapanim pode ser dividida em três partes distintas. A primeira delas inicia-se com a chegada do Padre João do Souto Maior, por volta de 1656 que, por ordenamento de seus superiores da Companhia de Jesus, foi encarregado de levar os fundamentos do Evangelho, da Cruz e dos sacramentos à Aldeia de Arapijó, habitada pelos índios Pacajás, parentes próximos dos índios Maracanãs que habitavam a aldeia de São Miguel de Maracanã, cuja missão catequizadora tinha sido entregue aos padres Manoel de Souza e Matheus Delgado, autorizados que foram pelo Sub-Prior da Ordem, padre Antônio Vieira [...] (Castro, 1998, p. 12).

Sendo assim, antes da chegada do Padre José Maria do Vale à localidade que viria a ser o município de Marapanim-PA, o padre João do Souto Maior (com propósitos de índole catequizante), em meados do século XVII, já havia se instalado na região (ordenado por Antônio Vieira), habitada pelos índios Pacajás, no território que compreendia a aldeia Arapijó. Nos dias de hoje, a região em que se situava essa aldeia é ocupada por uma comunidade rural vinculada ao município de Marapanim, cuja denominação se mantém a mesma, **Arapijó**.

Há, pelo menos, duas posições quanto à formação histórica do município. Uns discorrem sobre a história a partir da presença do padre José Maria do Vale à região, ponto de vista difundido pela historiografia oficial. Outros consideram o que viera antes da chegada do padre José Maria do Vale, tratando de uma trajetória situada já no século XVII, com os primeiros habitantes da terra, posição corroborada neste trabalho.

2 Percurso metodológico

Como já dito anteriormente, este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla em nível de pós-graduação a respeito da Toponímia do município de Marapanim/PA. Trata-se de um estudo qualiquantitavo, com método bibliográfico e de campo e objetivo descritivo (Gil, 2017).

Além da pesquisa bibliográfica e documental a respeito do município em tela, recorreu-se também à investigação de campo para coletar informações complementares ao entendimento da sócio-história dos topônimos. Essa etapa foi realizada *in loco*, no primeiro semestre de 2017, em 10 comunidades rurais – **Cruzador** (AH-PA); **Vila Silva** (AH-PA); **Nazaré** (AH-PA); **Cipoteua** (AH-PA); **Fazendinha** (AH-PA), **Jarandeua** (AH-PA); **Cristolândia** (AH-PA); **Matapiquara** (AH-PA); **Itacoã** (AH-PA) e **Arsênio** (AH-PA) –, pertencentes ao município de Marapanim/PA, situadas na região de água doce, assim conhecida pela presença representativa dos rios, às suas proximidades.

As entrevistas foram realizadas por meio de questionário semiestruturado, nas residências dos colaboradores mais velhos das localidades, mediante termo de consentimento livre e esclarecido. Os registros foram captados em um gravador profissional, com duração média de 1h por colaborador, totalizando cerca de 15h de material coletado.

Originalmente, o *corpus* dispõe de 80 designativos catalogados, a partir da descrição cartográfica do IBGE, mapa municipal (1504406), escala 1: 100,000; tomando em conta os acidentes humanos (comunidades, vilas, assentamentos, para citar alguns) – **Abaetezinho** (AH-PA), **Açaí** (AH-PA) – e físicos (rios, igarapés, praias, dentre outros), igarapé **Grota Funda** (AF-PA), ilha **Cajutuba** (AF-PA), ilha da **Pacamurema** (AF-PA).

Desse universo total de topônimos, analisam-se, nesta pesquisa, 41 designativos de procedência tupi, que representam mais de 50% dos dados gerais (cf. Costa, 2017). Nesse conjunto, alguns designativos se repetem porque nomeiam acidentes geográficos distintos, a saber: ilha de **Marapanim** (AF-PA), rio **Marapanim** (AF-PA), **Marapanim** (AH-PA), rio **Maú** (AF-PA), **Maú** (AH-PA), praia do **Crispim** (AF-PA), **Crispim** (AH-PA), praia do **Camará** (AF-PA), **Camará** (AH-PA). Atente-se, no entanto, para o fato de que, na dimensão estrutural, analisa-se apenas o elemento específico do sintagma toponímico, por exemplo: rio **Maú** (elemento genérico: rio; elemento específico: Maú). Dito de outro modo, os três topônimos compostos **Marapanim** (AH-PA), ilha de **Marapanim** (AF-PA) e rio **Marapanim** (AF-PA) são contabilizados como um topônimo composto.

A validação da origem dos termos toponímicos se deu a partir da consulta a dicionários etimológicos tupi-português, como Cardoso (1961), Cunha (1998, 2010), Sampaio (1987) e Tibiriçá (1984).

Os topônimos inventariados foram sistematizados a partir do modelo de ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), ilustrado no **Quadro 1**.

Quadro 1- Topônimo Itacoã

Município – Marapanim – PA

Localização – Microrregião do Salgado, mesorregião do nordeste paraense

Topônimo – Itacoã

AH[5] **–** Comunidade

Etimologia – Itacuã* *sf.* certa pedra amarela; esp. de xisto ou filito.

Taxionomia – litotopônimo

Entrada lexical – Ita

Estrutura morfológica – topônimo composto

Histórico – Itacoã, assim como outras comunidades de Marapanim-PA, tem o seu reconhecimento oficial, a partir dos anos de 1950, com a chegada de autoridades político-religiosas na região.

Informações Enciclopédicas – Itacoã** é conhecida como terra produtora de castanha, tendo o fruto em abundância, na localidade. A comunidade situa-se às margens do Rio Marapanim, o qual a liga, pelo caminho das águas, aos municípios de Terra Alta (AH-PA) e Igarapé-açú (AH-PA). Do ponto de vista econômico, é a agricultura quem ganha o maior destaque.

Fonte – *Tibiriça (1984); ** informações com base em fontes locais.

Pesquisador(a) – Érica Patrícia Barbosa Costa

Revisora – Carmen Lúcia R. Rodrigues

Data da coleta – Janeiro a junho de 2017.

Fonte: Costa (2017).

Na seção a seguir, os resultados são apresentados com base nesse modelo de Dick (2004).

3 Resultados e discussão

Esta seção centra-se na análise morfológica dos termos catalogados e na sua motivação. Além disso, será discutida a relação das dinâmicas denominativas situadas no espaço geográfico do município de Marapanim/PA, onde habitaram povos tradicionais que contribuíram com a cultura local revelada na análise dos topônimos selecionados (Castro, 1998).

Como dito anteriormente, dos dados que integram o *corpus* da pesquisa mais ampla, os termos de procedência tupi representam mais de 50% do total, correspondendo a 41 topônimos, listados a seguir, em ordem alfabética, no quadro 2:

[5] Na ficha proposta pela autora, as abreviações AH e AF referem-se respectivamente aos acidentes geográficos humanos e físicos, seguido da unidade da federação a que esses termos se vinculam.

Quadro 2 - Topônimos de etimologia tupi

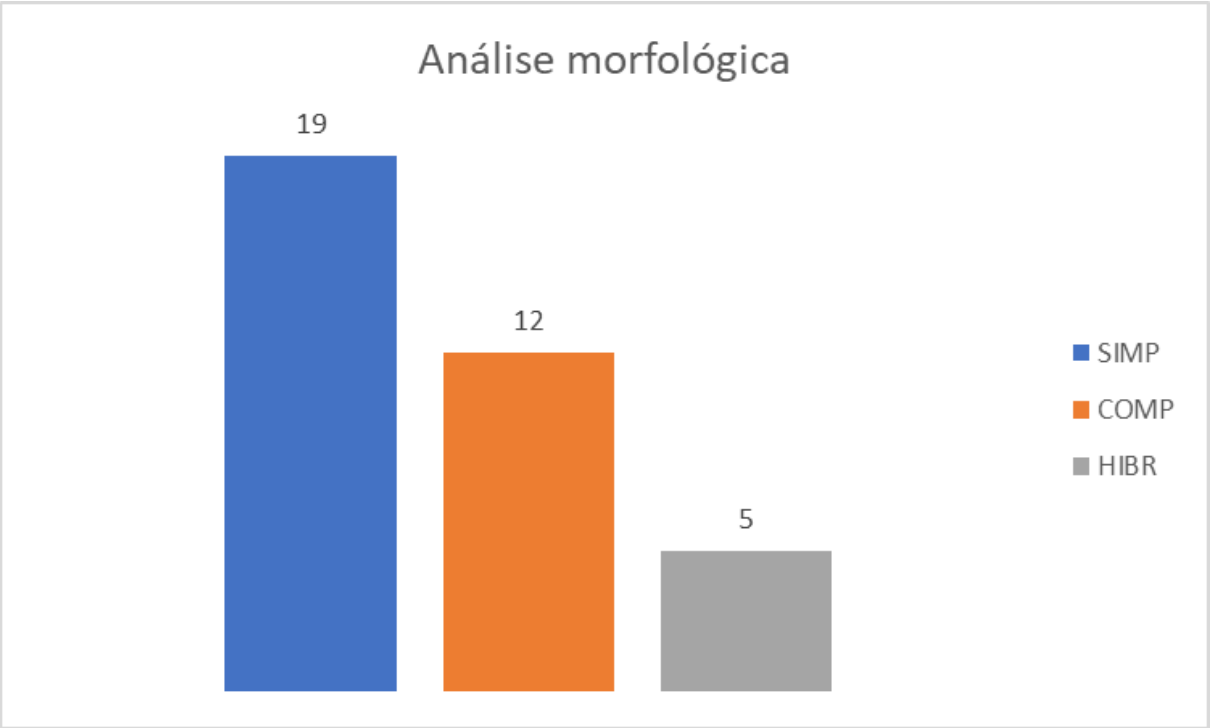
Abaetezinho (AH-PA)	Açaí (AH-PA)	Arapijó (AH-PA)	Araticum Mirim (AH-PA)	Bacuriteua (AH-PA)
Bussu (AH-PA)	Camará (AH-PA)	Caratateua (AH-PA)	Cipoteua (AH-PA)	Crispim (AH-PA)
Curi (AH-PA)	Guarajubal (AH-PA)	Igarapé Buiuna (AF-PA)	Igarapé-Açu (AF-PA)	Ilha Cajutuba (AF-PA)
Ilha da Pacamurema (AF-PA)	Ilha de Marapanim (AF-PA)	Ilha Samaúma (AF-PA)	Itacoã (AH-PA)	Itauassu (AH-PA)
Jacateua (AH-PA)	Jarandeua (AH-PA)	Maranhãozinho (AH-PA)	Marapanim (AH-PA)	Matapiquara (AH-PA)
Moroçoca (AH-PA)	Nandeua (AH-PA)	Pacamurema (AH-PA)	Pindorama (AH-PA)	Praia do Camará (AF-PA)
Praia do Crispim (AF-PA)	Rio Marapanim (AF-PA)	Rio Maú (AF-PA)	Samambaia (AH-PA)	Sauá (AH-PA)
Tamaruteua (AH-PA)	Tamataquara (AH-PA)	Taperinha (AH-PA)	Timboteua (AH-PA)	Umirizal (AH-PA)
Vila Maú (AH-PA)				

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os topônimos apresentados estão divididos em Acidentes Humanos (AH) e Acidentes Físicos (AF), com a predominância dos primeiros, que constituem 31 designativos. Os demais acidentes físicos respondem por 10 topônimos.

Esse conjunto de dados especificamente de origem tupi representa mais da metade do total geral da pesquisa de base (80 topônimos), o que aponta para o fato de o léxico indígena ser ainda expressivo na região pesquisada, mesmo frente à hegemonia do português. Revela, também, complexidade morfológica, pois os resultados indicaram unidades simples, compostas e híbridas, de acordo com o gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Estrutura morfológica dos topônimos



Fonte: Elaborado pelos autores.

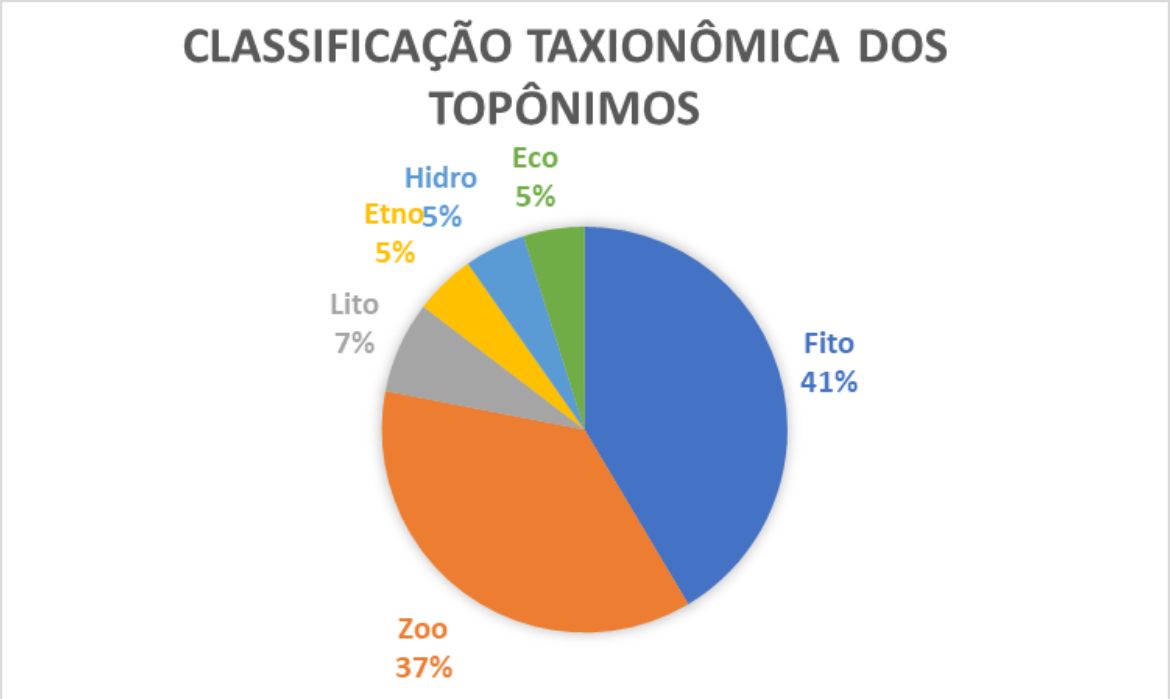
Do ponto de vista da constituição morfológica, a maioria dos designativos de origem indígena selecionados é simples (dezenove), seguida de termos compostos (doze) e híbridos (cinco). Entre os topônimos simples, formados por um único lexema, seguido ou não de afixos, estão **Camará** (AH-PA), **Curi** (AH-PA) e **Bacuriteua** (AH-PA): bacuri + *-teua*. No grupo dos compostos, podem-se citar os casos de **Itacoã** (AH-PA) - ita+coã, **Matapiquara** (AH-PA) - matapi+quara e **Tamataquara** (AH-PA) - tamata+quara. O termo **Itacoã** (AH-PA), por exemplo, apresenta-se como um designativo composto por ser constituído a partir das lexias tupi *ita* (pedra) e *cõa* (de cor amarela), conforme assinala Cunha (2010).

Em menor número, os termos híbridos são **Taperinha** (AH-PA), **Umirizal** (AH-PA) e **Guarajubal** (AH-PA), este formado pela unidade léxica tupi *guarajuba,* espécie de papagaio (Cunha, 2010), acrescido do sufixo português *-al*; que, dentre outros efeitos de sentido, conforme Houaiss (2009), é constituidor de substantivos que denotam coleção ou quantidade, como em: lamaçal; laranjal. Trata-se de topônimos que agregam elementos lexicais e gramaticais, em seu processo de formação morfológica, a partir de línguas distintas; nos três casos, há lexemas oriundos do tupi seguidos de um sufixo do português (*-inha, -al*).

Cabe destacar também a produtividade do sufixo *-teua ~ -deua* como formante de alguns dos topônimos da amostra. Do total analisado, 7 unidades apresentam esse elemento, denotador da ideia de abundância, como em **Bacuriteua, Caratateua, Jacateua, Jarandeua, Nandeua, Tamaruteua** e **Timboteua.** Esse elemento tem se mostrado igualmente produtivo em outras pesquisas da toponímia paraense, como Araújo (2024).

Em se tratando do componente semântico, observou-se uma forte relação entre os topônimos indígenas e os elementos de natureza física ligados à flora e à fauna. Os designativos indígenas identificados na localidade em tela aludem a instrumentos de pesca, vegetação local, hidrografia, conforme os resultados obtidos. O passado histórico predominantemente indígena dessa região amazônica descortina-se na toponímia local. A esse respeito, o gráfico 2 demonstra o resultado da análise taxionômica, proposta por Dick (1990a), para o estudo da motivação semântica subjacente à toponímia.

Gráfico 2 - Análise taxionômica dos topônimos de origem tupi



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a análise da motivação dos nomes, os fitotopônimos, termos que remetem à flora, em sentido amplo, de um dado ambiente, são os mais numerosos (dezessete). Destacam-se as ocorrências **Açaí** (AH-PA), **Bacuriteua** (AH-PA) e **Jarandeua** (AH-PA). Os dois primeiros remetem a frutos típicos da região recortada

no estudo, açaí e bacuri; e o terceiro tem em sua formação o nome de uma espécie de palmeira, jará. Segundo Tibiriçá (1984), o termo *jará*, do tupi, aparece na designação de vários gêneros de palmeiras, em contexto brasileiro.

Os zootopônimos, designativos que denotam elementos da fauna, aparecem com o segundo maior número de ocorrências, no *corpus* (quatorze). Têm-se, por exemplo, rio **Maú** (AF-PA), do Uapixana *maú,* sapo (Cardoso, 1961), assim como **Sauá** (AH-PA), macaco da família dos cebídeos, do tupi *sa´ua* (Cunha, 2010).

A propósito dos topônimos de natureza física, Isquerdo e Dargel (2014) assinalam que há uma tendência de nomes de acidentes geográfico-físicos, especialmente rios, motivarem a escolha do nome que passará a identificar os núcleos humanos que em seu entorno começam a se situar. No *corpus*, destacam-se, por exemplo: ilha da **Pacamurema** (AF-PA)/comunidade **Pacamurema** (AH-PA), rio **Marapanim** (AF-PA), praia de **Marapanim** (AF-PA), **Marapanim** (AH-PA).

Quanto à taxe dos litotopônimos, os dados demonstram a ocorrência de três exemplos. Ilustram essa categoria os topônimos **Itacoã** (AH-PA), **Itauassu** (AH-PA) e **Curi** (AH-PA). Do ponto de vista etimológico, **Itauassu**, do tupi, denota pedra (ita), seguido do elemento especificador, também de base tupi, assu[6] (grande) (Tibiriçá, 1984).

Por sua vez, os etnotopônimos, associados a elementos étnicos, e os hidrotopônimos, vinculados a cursos d'água, respondem por quatro topônimos, sendo dois de cada tipo. Entre os primeiros, destacam-se **Abaetezinho** (AH-PA) e **Arapijó** (AH-PA). Este último é formado a partir dos seguintes constituintes: ara - todo ser vivente, bicho, indivíduo - seguido de pií - fino, esbelto e jó - termo de composição que aparece como sufixo em algumas palavras, na acepção de mistura (Tibiriçá, 1984). Arapijó foi o nome de uma etnia indígena, que habitou a região em que hoje se situa o município de Marapanim-PA. Nessa aldeia, conforme elucida Castro (1998, p. 12), "habitavam os índios Pacajás, parentes próximos dos índios Maracanãs".

Entre os hidrotopônimos, há **Igarapé-Açu** (AH-PA) e **Maranhãozinho** (AH-PA). No primeiro exemplo, registra-se *Igarapé-Açu*, do tupi ygar-apé-assu - igarapé grande, braço de rio grande (Sampaio, 1987). E, no segundo caso, Maranhão - de mbará-nhã, o mar corrente; o grande caudal que simula o mar a correr (Sampaio, 1987) + *-inho*, sufixo diminutivo português. Com efeito, o rio Marapanim, que recorta o município, foi

[6] O sufixo *-assu* também é registrado como *-açu, -Açu* em topônimos de origem tupi.

o principal meio através do qual alguns grupos indígenas se deslocavam, no passado; deixando, assim, marcas às margens desse rio, no plano da linguagem, da cultura material, espiritual, dentre outros.

Por fim, acerca dos ecotopônimos, referentes às habitações, de um modo geral, os dados revelam a ocorrência de dois exemplos: **Matapiquara** (AH-PA) e **Taperinha** (AH-PA). O designativo **Matapiquara** (AH-PA) é proveniente de matapy [do tupi sm. matapy] - o covo cônico de pescar (Sampaio, 1987), acrescido de quara sm. - o furo, a cova, o buraco, o esconderijo, o refúgio (Sampaio, 1987). Nesse topônimo, *quara* tem o sentido de um local específico no rio/igarapé onde se instala o matapi. Já o termo **Taperinha** (AH-PA) é oriundo de tapera s.f - [do tupi tapéra], aldeia indígena abandonada, habitação em ruínas (Cunha, 2010), seguido de -inha – sufixo do português que denota, dentre outras, a ideia de diminutivo.

Dessa forma, o estudo do léxico toponímico marapaniense revela, em alguns casos, particularidades da região, marcas locais. Por exemplo, o termo **Matapiquara** (AH-PA), anteriormente citado, põe em evidência o matapi, um instrumento de pescar típico da Zona do Salgado (da qual Marapanim-PA é parte integrante), onde a cultura das águas é presente, corporificada, por exemplo, em ocupações humanas como a pesca, atividade econômica e de autoconsumo, integradora da dinâmica socioeconômica territorial. Sob essa lógica, a cultura das águas serve também aos deslocamentos intra ou extrarregionais.

O homem marapaniense é homem do mar, da beira de rio, da mata, do roçado. A natureza, para ele, é substancial. Não é por acaso que é da natureza que emanam as mais representativas motivações à nomenclatura geográfica recortada. A predominância das taxes de natureza física, com destaque para as ocorrências fitotoponímicas e zootoponímicas, é um exemplo disso, da relação homem/meio, da significância do meio físico-social.

Assim, o universo de topônimos de procedência tupi na microtoponímia do município refere-se, majoritariamente, à natureza física, corroborando outros estudos já realizados nesse domínio (Tavares, 2020), que atestam a forte vinculação dos povos indígenas a elementos ligados à natureza física. Evidencia-se, portanto, a relevância desse fator motivacional na dinâmica de nomeação dos espaços geográficos marapanienses.

Assim, a toponímia, enquanto conjunto de topônimos, desdobra-se em reflexos identitários e territoriais de grupos sociais, na medida em que evidencia a relação de

particularização do espaço geográfico, a partir de processos designativos. Nessa dinâmica, evocam-se, ao mesmo tempo, as subjetividades do denominador e a memória coletiva da comunidade, cuja ancestralidade e historicidade estão aí imbricadas. O topônimo é, assim, produto dessas interseccionalidades.

Conclusão

Este artigo teve como foco a análise de 41 topônimos de origem tupi que integram o *corpus* da dissertação de mestrado de Costa (2017) sobre a toponímia de Marapanim/PA. Descreveu-se a estrutura morfológica dos termos selecionados, demonstrando, em ordem decrescente, a frequência de itens simples, compostos e híbridos. Na parte semântica, identificou-se a predominância das taxes vinculadas ao meio físico, com destaque para os fitotopônimos e zootopônimos, corroborando outros estudos já realizados na área da toponímia indígena no léxico da região Norte e de outras regiões do país.

Ao constituir um desdobramento do estudo em questão, o trabalho aprofunda parte da análise já iniciada e pode contribuir com a descrição da toponímia paraense de procedência tupi, ainda pouco desenvolvida no estado do Pará, considerando a extensão territorial e a necessidade de mais investigações na área.

Por fim, cabe destacar também a importância da Toponomástica para além da descrição lexical. Ao ser desenvolvida em territórios historicamente ocupados por povos tradicionais, a pesquisa pode contribuir fundamentalmente para a compreensão das relações de poder político, econômico e sociocultural que estão subjacentes à dinâmica de nomeação do lugar, refletindo características do ambiente, como fauna, flora, solo e aspectos da cultura local.

Referências

ARAGÃO, M. do S. S. de. A fraseologia como marca do léxico regional popular. *In*: COSTA, Daniela de S.S; BENÇAL, Dayme R. (orgs.) **Nos caminhos do léxico**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016, p. 33-49.

ARAÚJO, M. J. **Sistematização da classificação taxionômica toponímica Nheengatu de Bragança/PA**. 266f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, Pará, 2024.

BIDERMAN, Maria Tereza. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, PUCRS, v. 22, n. 4, p. 81-96, 1987.

CARDOSO, A. L. **Toponímia Brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CASTRO, J. A. **Noções da História de Marapanim**. Belém: Gráfica e Editora, 1998.

CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, São Paulo. BAKHTIN, Mikhail, nº 56, p. 172-179, dezembro/fevereiro, 2003. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/33819. Acesso em: 10 jan. 2017.

COSTA, Érica P. B. **Do não-lugar ao lugar**: a toponímia marapaniense do estado do Pará. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bragança, 2017.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 4. ed. – São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICK, M. V. P. A. **Motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990b.

DICK, M. V. P. A. **O problema das taxionomias**. FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 121-130.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: **Verbum,** 2017. Disponível em https://gennegociosegestao.com.br/entrevista-antonio-carlos-gil/. Acesso em 12 abr. 2026.

HOUAISS. A. **Dicionário eletrônico Houaiss**. Editora Objetiva Ltda. 2009.

ISQUERDO, M. A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara - SP, 1996.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. *In*: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VII. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 63-80.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016. v. VIII.

IBGE – Cidades. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150440&search=pamarapanim. Acesso em: 13-05-15.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. A toponímia indígena artificial no Brasil: uma classificação dos nomes de origem tupi criados nos séculos XIX e XX. **Revista Letras Raras**. Campina Grande, v. 9, n. 2, p. 252-267, jun. 2020. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1184. Acesso em: 13 abr. 2026.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil:** processos distintos de formação no período colonial/Wagner Carvalho de Argolo Nobre. - 2011.

PARATUR. **Inventário da oferta turística de Marapanim**. Companhia Paraense de Turismo. 2012.

RASO, T.; MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V. Os contatos linguísticos e o Brasil: dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. *In*: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (Orgs.) **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 13-56.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 2001. **Línguas**. Informação disponível no site do Instituto Sócio Ambiental (ISA) www.socioambiental.org/ website/povind/linguas/index.html

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geographia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL,1987.

TAVARES, Marilze. Padrões toponímicos de base indígena em Mato Grosso do Sul. *In*: ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). **Toponímia**: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul, v.2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de origem Tupi.** São Paulo: Traço, 1984.